

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

PSICOLOGIA JURÍDICA
Objetivo do Curso

Propiciar um maior conhecimento das relações existentes entre as ciências psicológicas e jurídicas, através da reflexão dos instrumentais psicológicos existentes voltados aos programas de promoção e prevenção da saúde mental da sociedade contemporânea, bem como suas abrangências e implicações técnicas, políticas e éticas na atualidade.

Fundamentação

O curso de Pós-Graduação "lato sensu", está estruturado de acordo com a Resolução nº 06/2007-CS/FAMETRO, do MEC/CNE/CES.

Caracterização do Curso

Carga Horária: 360 horas

Duração: 15 meses

Tipo: Especialização

Público Alvo

Graduados em Psicologia, Direito, Antropologia, Ciências Sociais, Serviço Social, Filosofia e áreas afins.

Estrutura Curricular – 18 meses

	Disciplinas	C.H.	EMENTA
Módulo 1	COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES	24h	Conceituar comportamento organizacional e pessoal; Análise comportamental no ambiente organizacional Demonstrar os objetivos organizacionais e individuais; Desenvolver habilidades e reconhecimento da importância das relações humanas nos ambientes de trabalho; Apresentar as correntes teóricas comportamentais; Conhecer as teorias da motivação humana; Conceitos de liderança e gerenciamento, Tipos de liderança; Comunicação organizacional e interpessoal; Barreiras da Comunicação; Conflito, Frustração e Ajustamento. Aspectos atuais em comportamento e gestão organizacional. Tendências na área.
	ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	24h	Ética: conceito. Ética e Cultura. Responsabilidade Social: conceito. Gestão Social. Ética nos negócios. Benefícios derivados da ética e da responsabilidade social. Criação de um ambiente de trabalho ético e socialmente responsável. Código de Ética.
	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA – I	24h	Processos e procedimentos que envolvem a introdução ao fazer científico, enquanto fazer cotidiano e fazer organizado; Normas e referências bibliográficas da ABNT; pré-requisitos lógicos do trabalho científico; formação do espírito científico; estudo piloto; etapas da pesquisa científica; concepção e elaboração de trabalhos científicos, leituras, análise e desdobramentos; o método como instrumento de eficiência nos estudos; elaboração de projeto de pesquisa.
	FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA: HISTÓRICOS E CONCEITOS	24h	Conceito e Histórico da Psicologia Jurídica. Métodos em Psicologia Geral e Psicologia Forense. Campos de Aplicação da Psicologia Forense. Fatores determinantes do comportamento. Estruturação e formação da

			<p>personalidade. Tipos de personalidade. Motivações humanas. Emoções e paixões. Simulação e dissimulação. Psicopatologias. Tópicos da psicologia relacionados ao direito e à criminologia psicopatológica. A violência e a criminalidade do ponto de vista da ciência psicológica.</p>
	PSICOLOGIA JURÍDICA, JUSTIÇA E CIDADANIA	24h	<p>A Relação entre o Crime e a Construção Psicológica do Criminoso em Sociedade. As Classificações Científicas Psicopatológicas, Sociais e Biológicas do Crime e do Criminoso. As Aplicações acerca da Casualidade Criminosa e a Responsabilidade Penal. O Estudo da Relação (Des)pretenciosa entre Adolescência, Judiciário e Sociedade. A Análise da Fortíssima Relação na Construção da Vítima e dos Julgadores na Composição dos Vitimizadores e/ou Julgados na Construção Psicológica e Sociológica das Instituições Socio-Educativas. O (Des) serviço da defesa e/ou do Ataque à Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania Pós-Moderna. A Aplicação Prática da Psicologia no Campo do Direito na Promoção da Justiça e na Construção dos Direitos Humanos. Pensar e Analisar a Psicologia Associada com o Compromisso Ético da Justiça. Repensar a Família Contemporânea como Promotora e Sócia da Justiça. Revelar o Lugar da Perícia na Construção do Sujeito e sua Ética. Averiguar a Posição das Crianças e dos Adolescentes na Construção do seu Lugar Social.</p>
	PSICOPATOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS	24h	<p>A psique do real e os desafios das patologias contemporâneas. Comparação de diagnóstico transferencial e do modelo de diagnóstico psiquiátrico. Condições concretas sociais e culturais do cotidiano e sua inscrição psicopatológica. A clínica da especificidade e a clínica como postura. Demarcação de campos de inconscientes</p>
	NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO CIVIL	24h	<p>Conceito de Direito Civil; Conceito de pessoa natural e pessoa jurídica; Início e fim da pessoa natural e jurídica; Emancipação; Capacidade civil plena, absoluta, relativa; Direito de Personalidade</p>
Módulo 2	NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PENAL	24h	<p>Conceito de Direito Penal. Fundamentos do Direito Penal. Ciências penais. História do Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Função de garantia da Lei Penal. A Lei Penal no tempo. A Lei Penal no espaço. Teoria Geral do Crime. Teoria Geral da Ação. Estrutura do crime comissivo doloso. Causas de exclusão de ilicitude. Culpabilidade. Causas de exclusão da culpabilidade. Tentativa. Estrutura do crime culposo. Estrutura do crime omissivo. Concurso de pessoas. Concurso aparente de normas. Objeto, sujeitos e classificação dos crimes.</p>
	PSICOLOGIA DO CRIME	24h	<p>O nascimento da prisão: a vigilância social e o projeto higienista; legislação penal: doença mental e responsabilidade social; o mundo do crime: a ordem social e o sistema de punição.</p>
	PSICOLOGIA E DIREITO DA FAMÍLIA	24h	<p>História da infância e da família, com seus papéis e representações sociais no Brasil. Análise do ECA para a proteção dos direitos da criança e discussão sobre a situação atual de sua aplicação. O código Civil e a proteção dos direitos da família em suas diferentes concepções. Dinâmica e violência familiar na América Latina.</p>

Módulo 3	PSICOLOGIA E DIREITO DO IDOSO	24h	Estatuto do Idoso e a ação do psicólogo; Teorias, modelos teóricos e concepções do envelhecimento. Aspectos biológicos, emocionais e cognitivos do envelhecimento. Psicologia do Idoso como: campo de conhecimento e de atuação profissional. Atuação do psicólogo jurídico no âmbito familiar. Pesquisas contemporâneas. Avaliação psicológica na área jurídica em relação ao idoso. Atuação interdisciplinar. Mediação e conciliação. Sociedade, cultura e velhice.
	ECA E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	24h	Infância, Adolescência, Família e Sociedade. A democratização e o reconhecimento da infância e adolescência. Fatores de risco e teorias explicativas sobre o fenômeno da adolescência em conflito com a lei. Instrumentos Legais e Normativos do SINASE. Interfaces com outros Planos Nacionais. Socioeducação e Responsabilização.
	DIREITOS HUMANOS, PSICOLOGIA E JUSTIÇA	24h	Os modos atuais de aplicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e das diferentes leis de inclusão social, discutindo-se os seus efeitos positivos esperados para a sociedade brasileira e os efeitos negativos decorrentes de uma inadequada aplicação dessas mesmas leis.
	AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO EM CONTEXTO JURÍDICO	24h	Função avaliativa e função facilitadora no contexto jurídico. A avaliação psicológica nas organizações de justiça. Direito de família, criminal, da infância e adolescência, laboral e os processos de avaliação psicológica.
	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA – II	24h	Orientação e desenvolvimento do Trabalho Científico; Apresentação do plano de ensino; Definição e tipologias de artigo científico; Estrutura do artigo científico; Normas técnicas de artigos científicos; Orientações metodológicas de pesquisa científica; Orientações metodológicas para redação científica; Assessoramento individual e em grupo até 3 membros; Coleta dos dados; Análise e interpretação de dados Redação científica; Normas de citação; Apresentação dos resultados; Validação dos dados; Avaliações dos procedimentos metodológicos; Aprovação da pesquisa; Defesa.

Atualizada em 03-2018.

Estrutura do Curso

O curso foi estruturado de modo a atender a Resolução MEC/CNE/CES nº. **01/2018-CS/FAMETRO** e funcionará de forma modular, que permite aos alunos e professores dedicação total à área do conhecimento em pauta e evitando assim, fragmentações e diluições em tempos esparsos.

Bibliografia Básica

Amendola, M. (2008). As falsas denúncias de abuso sexual de pais contra filhos: caminhando na contramão.

Barreto, N. A.; Silva, P. R. M. Laudo psicológico? Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas psicológicas no judiciário. Disponível em:

http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/212/pdf_197

Beiras, A. (2009). Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha. En S. L. R. Rovinski, & R. M. C. (Eds.).

- Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção (pp. 129-144). São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica.
- Beiras, A.; Moraes, M.; Alencar-Rodrigues, Cantera Espinosa, L. (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 36-45.
- Brito, L. (Org.). *Famílias e separações: perspectivas da Psicologia Jurídica*. RJ: Eduerj, p. 159-186.
- Brito, L. M. T de. (2008) . Diga-me agora... O depoimento sem dano em análise. *Psicologia Clínica*, v. 20, p. 113-126, 2008.
- Brito, L. M. T de.; Gonsalves, E. N. (2013). Guarda compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. *Rev. direito GV*, São Paulo , v. 9, n. 1.
- Brito, L. M. T. de ; Beiras, A. ; Oliveira, J. D. G. (2012). Psicologia Jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais. *Cuadernos de Psicologia*, v. 14, p. 25-36, 2012.
- Brito, L. M. T. de. (2002). *Temas de Psicologia Jurídica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- Costa, F. No.; Cruz, R. M. (2005). Atuação de Psicólogos em Organizações de Justiça do Estado de Santa Catarina. Em R. M. Cruz, S. K Maciel, D. C. Ramirez (org). *O trabalho do Psicólogo no campo Jurídico* (pp.19-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cruz, R.; Maciel, S.; Ramirez, D. (orgs.). (2005). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Martins, S. Prado F, Kleber. (2012). Relações arqueológicas entre criminologia e psicologia: a emergência de discursos e práticas. Em: S. Martins, A. Beiras, R. M. Cruz (Orgs). *Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto criminal/penal*. São Paulo: Vetor.
- Martins, S.; Beiras, A.; Cruz, R. M. (2012). *Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto penal/criminal*. São Paulo: Vetor.10
- Müller, F. G.; Beiras, A.; Cruz, R. M. (2007). *O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina*. *Aletheia*, n. 26, 2007.

Bibliografia Complementar

- Andrade, C.R.de. (2009). Os litígios conjugais à luz da psicanálise: da repetição sintomática à responsabilização subjetiva na prática da mediação de conflitos. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientadora: Márcia Stengel. Co-Orientadora: Ilka Franco Ferrari. Belo Horizonte, 2009. 133 f.
- Toneli, M. J. F., Lago, M. C. S., Beiras, A., & Clímaco, D. A. (2010). *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.
- Trindade, J. (2004). *Manual de Psicologia Jurídica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense – pesquisa, prática clínica e aplicações*. Porto Alegre: Artesmed.
- Gonçalves, H. S.; Brandão, E. P. (2005). *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU.
- Gomes, M. M. (2007). *Contribuição da Psicologia Policial ao gerenciamento de situações críticas: Um diálogo entre a Psicanálise e a Polícia*. Paraná.
- Rovinski, S. L. (2004). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor.
- Rovinski, S. L. R. (2009). *Psicologia Jurídica no Brasil na América Latina: Dados Históricos e suas repercussões quanto a avaliação Psicológica*. Em Rovinski, Sonia Liane Reichert; Cruz, Roberto Moraes (Org.). *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*.(pp.11-22). São Paulo: Vetor.
- Rovinski, S. L. R.; Cruz, R. M. (2009). *Psicologia Jurídica – perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor.
- Soria-Verde, M. A. (2010). *La psicología policial*. Em: M. A. Soria-Verde. (org.). *Manual de Psicologia Jurídica e investigación criminal* (pp.167-188).Madrid: Psicología Pirámide.
- Sousa, A.; Brito, L. (2011). Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira. *Psicologia Ciência e Profissão*, vol.31, no.2, Brasília,, p. 268-283.